

Edição da transcrição paleográfica de documento manuscrito sobre o envio da legislação eleitoral imperial ao presidente da Província da Paraíba (1824): aplicação da NTTEDM 1.3

Roberto Jorge Chaves Araújo¹
rjorgearaujo@uol.com.br

Fonte: Acervo Histórico Valdemar Bispo Duarte. Espaço Cultural. João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Notação:

Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC

Arquivo Histórico

Período imperial

Documentos manuscritos

Cx. 07

Ano: 1824 - 1825

Sumário: [Ofício] de 3 de abril de 1824, do Secretário de Estado dos Negócios do Império [João Severiano Maciel da Costa], ao presidente de província da Paraíba, encaminhando a legislação sobre as eleições dos deputados e senadores da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil e dos membros dos Conselhos Gerais das Províncias.

Documento: original.

Prosseguindo os estudos paleográficos a partir de imagens digitais de documentos manuscritos que possibilitam exemplificar a aplicação das Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (BERWANGER & LEAL, 2008),

¹ Historiador e pesquisador do Memorial Parlamentar deputado João da Cunha Lima do Departamento de Cultura e Memória da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.

divulgo a edição da transcrição paleográfica (LEAL & SIQUEIRA, 2011) das matrizes digitais (CONARQ, 2010, p.13-14) de um mesmo documento manuscrito, com o objetivo de mostrar a aplicação da norma técnica de número 1.3 (NTTEDM 1.3, doravante). Essa norma técnica estabelece que “O s caudado duplo será transcrito como ss e o simples como s”. Portanto, esteja grafado duplamente ou unicamente, a transcrição será feita do modo indicado, atualizando sua morfologia ou aspecto extrínseco. A forma caudada do “s” pode ser observada na palavra “passado”, escrita na linha 5 da matriz digital, e no traçado do primeiro dos dois “ss”. A transcrição é um procedimento dos mais simples, principalmente após se reconhecer a morfologia dessa letra, o seu aspecto extrínseco, resultante, obviamente, do respectivo *ductus* (CONTRERAS, 1994, p. 38-40). E o que vem a ser o “s caudado” considerando-o a partir da perspectiva da Paleografia associada à história da escrita? É uma letra “s” minúscula, alongada verticalmente com inclinação para à direita e integrante da escrita cursiva, considerado o critério morfológico de classificação das escritas (LOUREIRO, s/d). A letra “s” com esse aspecto extrínseco caudado apareceu desde já o final século XVI como indica claramente um documento manuscrito datado de 12 fevereiro de 1592, cuja cópia se encontra em *A escrita no Brasil colônia* (ACIOLI, p. 1994, 209), no processo histórico de afirmação do uso da escrita humanística (ANDRADE, 2010, p. 80-83) em substituição à escrita processada na elaboração da documentação brasileira. Essa substituição correspondeu a um processo histórico e se deu a partir da segunda metade do século XVI (ACIOLI, 1994), considerando-se a história da escrita no Brasil. A ocorrência do “s” caudado permaneceu até o século XIX, embora deva-se levantar a hipótese de que adentrou ao século XX, considerando-se os aspectos regionais de desenvolvimento da história escrita. Assim, nas regiões onde a modernização da sociedade e da cultura ocorreram primeiro, o grafema “s” caudado provavelmente tendeu a desaparecer, e vice-versa. No conjunto documental

manuscrito que foi pesquisado não foram encontrados “ss” caudados grafados, ou seja, em duplicidade.. Mas aparecem *impressos*, por exemplo, na capa de um dicionário do século XVIII, onde também aparece em unicidade e caudado (SILVA, 1789). Mesmo assim, se o alongamento da letra tinha por objetivo tornar a escrita mais clara, evidenciando a letra grafada e facilitando a leitura bem como a pronúncia correta da palavra, a disseminação da produção de documentos impressos pode ter contribuído para o desuso do “s” caudado, na medida em que estimulou, pela visualização da forma da letra “s” arredondada, uma maneira mais clara de se individualizar a grafia da letra em questão, requerendo inclusive menor esforço do escriba, o que é um fato muito importante a ser considerado, numa sociedade onde existiam poucas pessoas aptas para escrever e cada vez mais documentos a serem elaborados pelo ato de escrever. O desuso porém levou muito tempo. Note-se que, por exemplo, relativamente ao fator mencionado, qual seja, a disseminação de documentos impressos no Brasil, a sua produção *ininterrupta* no Brasil só começa a partir de 1808, com a criação da Imprensa Régia, após duas breves iniciativas interrompidas (ABREU, 2010, p. 40-65). Contudo, ainda em 1824, dezesseis anos depois de criada a Imprensa Régia, esse documento ora transcrito através de sua matriz digital, que é originário de um órgão da própria administração central imperial brasileira, foi produzido de forma manuscrita. Portanto, a produção ampla de documentos manuscritos pela administração pública continuaria ainda por muito tempo depois de 1808, associando-se à produção impressa. No Nordeste do Brasil, a publicação das atas legislativas pela Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco é um bom exemplo da geração impressa de documentos. Nesse caso o suporte da escrita já era, como se sabe, o papel. Outro aspecto interessante relacionando ao ato de escrever em geral e utilizando-se de *materiais específicos* para tanto, é a sua relação histórica de longuíssima duração com a produção da memória coletiva. Le Goff (1990, p. 372-374) nos diz que a

elaboração de documentos em “suportes destinados especialmente à escrita”, está ligada à produção da memória coletiva, sendo um dos dois desenvolvimentos da sua produção relacionados, portanto, ao próprio aparecimento da escrita na Antiguidade. O outro foi a *celebração*. O mesmo Le Goff também salienta que o aparecimento da imprensa revolucionou, “embora lentamente”, a memória coletiva, contribuindo decisivamente para a *distinção entre a transmissão oral e a transmissão escrita*. É importante fazer constar nesse trabalho que para conferir a escrita correta de palavras em língua portuguesa, podem ser consultados dicionários publicados no século XVIII e XIX (BLUTEAU, 1712 – 1728; FEIJÓ, 1734; SILVA, 1789; PINTO, 1832). Essa norma 1.3, como todas as outras normas, está relacionada à necessidade de se fazer estudos de Paleografia sem alterações na escrita original do documento, *sem modernizar a escrita no ato de transcrição*, atendo-se apenas a atualização dos aspectos extrínsecos da(s) letra(s) grafadas para formar palavras (ARAÚJO, s/d, p. 26). Considerada do ponto de vista da História, a matriz digital tem importância para o estudo do processo histórico-político da Paraíba e do Brasil, na medida em que é o registro da articulação político-administrativa, no âmbito do estado, em torno da organização da monarquia constitucional brasileira, que teve como um dos seus pilares a representação popular indireta, até a reforma eleitoral da década de 1880. Ao enviar a legislação que regulava as eleições para deputados, senadores e conselheiros gerais de província, do centro político imperial para uma província, especificamente para o Presidente de Província da Parahiba ou Parahiba do Norte, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, em nome do Imperador, agiu-se no sentido de fazer conhecer em todo o Império do Brasil, os marcos legais da organização do processo eletivo para às instâncias político-administrativas do Império do Brasil indicadas, quais sejam, a Assembleia Geral do Império e os Conselhos Gerais de Província. Com a implantação do estado nacional

imperial (PRADO JÚNIOR, 1969), organizou-se outra superestrutura jurídico-política e administrativa, modificando em grande parte a organização oriunda do período colonial e vice-reinado (PRADO JÚNIOR, 1957, p. 296-339), orientada pelas famosas Ordenações Manuelinas, no século XVI, e depois pelas Ordenações Filipinas. Concluindo, pode se dizer que a ocorrência gráfica do nosso pequeno “s” caudado insere-se no processo de afirmação da escrita humanística na segunda metade do século XVI, dentro do desenvolvimento do longuíssimo processo histórico de transmissão escrita da memória coletiva, iniciado na Antiguidade, afirmado na Idade Média e que ocorre até os dias de hoje, seja qual for o suporte da escrita. Seu uso e desuso estão relacionados com a possibilidade de tornar a escrita mais clara, breve, menos árdua e que contribuíssem para articular palavras compondo documentos que são parte da produção da memória coletiva. É importante assinalar também que o “s” caudado é uma letra de fácil reconhecimento. Por outro lado, o envio da legislação eleitoral a mando do Imperador, para os presidentes de província que deveriam se utilizar das Câmaras Municipais para ser distribuída, indica como instituições existentes desde o período colonial, como é o caso das Câmaras Municipais, juntamente com outras, já instituídas pela Constituição Política do Império do Brasil de 1824, foram associadas para organizar e orientar o processo eleitoral de legitimação da monarquia constitucional brasileira, oriunda da emancipação política do Brasil perante Portugal. Essa pesquisa foi financiada pela PROPESQ/UEPB. A revisão da transcrição foi feita em parceria com a profa. dra. Maria da Vitória Barbosa Lima. A seguir, as duas matrizes digitais que compõem o documento manuscrito original, frente e verso da mesma folha, e suas respectivas transcrições.

1826 - Abril 9

Manda Sua Magestade o Imperador, pela Secretaria da
 Cidade dos Negocios do Imperio, remetter ao Presidente da Pro-
 vincia da Parahiba os Exemplares inclusos de Decreto de 26 de
 Março proximo passado, e das Instruções da mesma data que
 regulão a forma das eleições dos Deputados e Senadores da As-
 sembleia Geral Legislativa do Imperio, e dos Membros
 dos Conselhos Gerais das Provincias, para que expedindo como
 Presidente as ordens necessarias, e fazendo distribuir pelas
 Camaras os referidos Exemplares se di prompta execução de
 suas Imperiaes Determinações. Palacio do Rio de Janeiro
 em 3 de Abril de 1826 -

João Brás de Aguiar

1826
 1.º 2

1225 - 1221

Polo of 1225 to Little Misses.
 Ant. J. W.

Ant. J. W.

[fl.1]

1824_ Abril 3

[5] Manda Sua Magestade o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, remetter ao Presidente da Provincia da Parahiba os Exemplares inclusos do Decreto de 20 de Março próximo passado, e das Instruções da mesma data que Regulao' a forma das eleições dos Deputados e Senadores da Assembleia Geral Legislativa do Imperio do Brasil, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias, para que expedindo o mesmo Presidente as ordens necessarias, e fazendo distribuir pelas

[10] Camaras os referidos Exemplares se difiram pela execucao' as Suas Imperiaes Determenação'es. Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Abril de 1824.

João Severiano Maciel da Costa

[fl.1v]

Registrado a folha 125 do Livro 2º de Avisos.

[15] Antonio Jose Henriques

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAIS

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros impressos. IN: BRAGANÇA, Aníbal, ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, p. 40-65.

ACIOLI, Vera Lúcia. *A escrita no Brasil colônia*. Recife: Editora Universitária, 1994.

ANDRADE, Maria Cecília Jurado de. Paleografia. IN: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Paleografia, documentação e metodologia histórica. CEDHAL Cursos e eventos Nova Série*, n. 5, São Paulo, 2010.

ARAUJO, Roberto Jorge Chaves. As Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos e Alguns Fatos Gráficos da história da escrita nelas normalizados. Disponível em: < http://www.al.pb.gov.br/elegispb/?page_id=1086 > Acesso em: 23 de maio de 2016.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 3. ed. Revista e ampl. - Rio de Janeiro: UFSM, 2008.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: < www.brasiliana.usp >. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

CONARQ (Brasil). *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos*. Rio de Janeiro: CONARQ, 2010. Disponível em: http://docfilm.com.br/wp-content/uploads/2014/11/recomendaes_para_digitalizao.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2016.

CONTRERAS, Luís Nũnes. *Manual da Paleografia: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII*. Madrid: Cátedra, 1994.

FEIJO, João de Moraes Madureira, S.J. 1688-1741. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens / pelo seu mestre João de Moraes Madureyra Feyjo....* - Lisboa Occidental : na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, 1734. - [10], 553, [3] p. ; 4º (20 cm). Disponível em: < <http://purl.pt/1> >. Acesso em: 06 de junho de 2016.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1989, vols. 1,2.

GARCIA, Rudolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956.

LEAL, João Eurípedes Franklin, SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. *Glossário de Paleografia e Diplomática*. Rio de Janeiro: Luminária: Multifoco, 2011.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LOUREIRO, Sara de Menezes. *Classificação das escritas*. Disponível em: < http://www.paleografia.org/artigo_05.html >. Acesso em: 24 de abril de 2016.

PINTO, Luis Maria da Silva. *Diccionario da língua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Acesso em 19 de dez. 2011. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/node/392>. > Acesso em: 10 de abril de 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 5. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1957.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 6. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1969.

SILVA, Antônio Maria da. *Dicionário da Língua Portuguesa....* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, Tomo Primeiro. Disponível em: < http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/00299210/002992-1_COMPLETO.pdf >. Acesso em 06 de junho de 2016.